



KUWUKA JDA – JUVENTUDE, DESENVOLVIMENTO E ADVOCACIA AMBIENTAL

Relatório Anual 2018

**CIDADANIA BOA GOVERNAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. METODOLOGIA.....	7
3. RESULTADOS DAS NOSSAS ACÇÕES.....	8
3.1 PILAR 1. GOVERNAÇÃO E PARTICIPAÇÃO.....	8
3.1.1 OBJECTIVO DA PRIORIDADE ESTRATÉGICA 1.....	9
3.1.2 RESULTADO ESPERADO 1.....	9
3.1.2.1 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	11
3.1.3 RESULTADO ESPERADO 2.....	11
3.1.3.2 Fortalecimento da Capacidade de Organizações da Sociedade Civil Sobre a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) em Moçambique.....	12
Tabela 2: Número de Participantes nos seminários regionais.....	13
3.1.3.3 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	14
3.1.4 RESULTADO ESPERADO 3.....	14
3.1.4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	15
3.1.5 RESULTADO ESPERADO 4.....	16
KUWUKA JDA e seus parceiros participam e influenciam nos processos de elaboração legislativa, de reformas legais em curso e de implementação de programas/projectos nas áreas de terras, recursos naturais e ambiente.....	16
3.1.5.1 ACÇÕES DESENVOLVIDAS.....	16
3.1.5.2 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	17
3.2 PILAR 2: DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO CÍVICA AMBIENTAL.....	17
3.2.1 OBJECTIVOS DA PRIORIDADE ESTRATÉGICA 2.....	18
3.2.2 RESULTADO ESPERADO.....	18
3.2.2.1 Fortalecimento das Capacidades das Comunidades Locais para Gestão Sustentável dos Recursos Florestais, Conservação Ambiental e Reflorestamento na Comunidade de Manhangané, Matutuine.....	19
3.2.2.3 ACÇÕES DESENVOLVIDAS.....	20
3.2.2.4 Protecção Patrimonial & Desenvolvimento Local: Valorização Histórico, Cultural e Ambiental nas Províncias de Maputo e Inhambane.....	20
3.2.2.5 ACÇÕES DESENVOLVIDAS.....	21
3.2.2.6 CAMINI MINIMI.....	22
3.2.2.7 ACÇÕES DESENVOLVIDAS.....	23
3.2.2.8 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	23
3.2.3 RESULTADO ESPERADO 2.....	24
3.2.3.1 ACÇÕES DESENVOLVIDAS.....	25
3.2.3.2 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	25
3.3 PILAR 3: ESTUDOS E PESQUISAS.....	25
3.3.1 OBJECTIVOS DO PILAR 3.....	26
3.3.2 RESULTADO ESPERADO 1.....	26

3.3.2.1 ACÇÕES DESENVOLVIDAS.....	26
3.3.2.2 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	27
4.4 PILAR 4. ADVOCACIA E COMUNICAÇÃO.....	27
4.4.1 OBJECTIVOS DO PILAR 4.....	27
4.4.2 RESULTADO ESPERADO 4.1.....	28
3.4.2.1 ACÇÕES DESENVOLVIDAS.....	28
3.4.2.2 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	29
3.4.3 RESULTADO ESPERADO: 4.2.....	30
3.4.3.3 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	31
3.4.4 RESULTADO ESPERADO:4.3.....	32
3.4.4.1 ACÇÕES DESENVOLVIDAS.....	32
3.4.4.2 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	33
3.5 PILAR 5: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E SUSTENTABILIDADE.....	34
3.5.1 OBJECTIVOS DA PRIORIDADE ESTRATÉGICA 5.....	34
3.5.2 RESULTADO ESPERADO.....	34
3.5.2.1 ACÇÕES DESENVOLVIDAS.....	35
3.5.2.1 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	35
3.5.3 RESULTADO ESPERADO.....	35
3.5.3.1 ACÇÕES DESENVOLVIDAS.....	35
3.5.3.2 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	36
4. ASSUNTOS TRANSVERSAIS.....	36
5. CONCLUSÕES.....	36

SUMÁRIO EXECUTIVO

As acções desenvolvidas pela organização estão alicerçadas no Plano Estratégico 2018-2023, que se orienta dos seguintes pilares estratégicos: (1) **Governança e Participação** - para promoção da participação pública na governação dos recursos naturais e extractivos, respeitando os direitos e deveres dos cidadãos; (2) **Desenvolvimento Comunitário e Educação Cívica Ambiental** - visando promover o desenvolvimento económico, social, cultural e político das comunidades locais e implementação de acções que visem o uso e aproveitamento sustentável da terra, ambiente e recursos naturais; (3) **Estudos e Pesquisa** - com vista a documentar e analisar evidências e recomendar boas práticas; como ferramenta para compreender as dinâmicas e orientam acções e intervenções programáticas futuras; (4) **Advocacia e Comunicação** - com vista a promover participação da sociedade na monitoria de políticas públicas e influenciar processos de tomada de decisão e aplicação de políticas, legislação, estratégias e programas de desenvolvimento; (5) **Desenvolvimento Institucional e Sustentabilidade Financeira** - visando responder aos desafios da mudança e do impulso de crescimento, adaptando a organização aos novos desafios. A KUWUKA JDA adopta metodologias participativas na planificação, monitoria e avaliação, através diálogo e engajamento dos parceiros e beneficiários. Os beneficiários incluem actores de influência (*dutie barries*), e (2) actores de desenvolvimento de capacidades (*right holders*), de modo que se apropriem da nossa teoria de mudança; enquanto promovemos a igualdade de género, respeitando os princípios de justiça social, equidade, não discriminação, integração de género e não violência. Todavia, de forma deliberada privilegamos a encorajamos a participação da mulher e rapariga como actor de mudança tanto a nível interno, assim como dos beneficiários. Neste contexto, as mulheres representaram 40% do total de beneficiários directos das nossas acções num universo de mais de 1250 beneficiários.

Tivemos o nosso enfoque no fortalecimento de capacidades e empoderamento dos cidadãos para o exercício da cidadania e advocacia para influenciar processos de tomada de decisão sobre a implementação de políticas públicas e programas de desenvolvimento. Realizamos monitoria dos processos de reassentamento resultantes de investimentos extractivos em Palma, Namanhumbir, Moatize e Matutuíne. Promovemos o fortalecimento das organizações da sociedade civil e organizações comunitárias sobre a boa governação e boas práticas na gestão de recursos naturais, terra, meio ambiente, mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Facilitamos espaços de diálogo participativo e construtivo, sobre os desafios da implementação de projectos de exploração dos recursos naturais e seus impactos na vida das comunidades afectadas. Contribuímos para o alargamento do conhecimento sobre a Iniciativa de

Transparência na Indústria Extractiva para uma participação informada no debate público sobre a boa governação do sector extractivo, incluindo a utilização das 2.75% das receitas destinadas ao desenvolvimento das comunidades locais nas zonas afectadas.

1. INTRODUÇÃO

A KUWUKA JDA Juventude Desenvolvimento e Advocacia Ambiental é uma organização moçambicana da sociedade civil que visa contribuir para o desenvolvimento sustentável integrado e governação participativa dos recursos naturais, promovendo acções de capacitação e empoderamento da sociedade para uma activa participação nos processos de tomada de decisão, através de reflexão e busca de metodologias, estratégias e soluções sustentáveis face aos desafios presentes e futuros, transformando-os em oportunidades de desenvolvimento para o bem estar social, económico e ambiental.

As acções desenvolvidas pela organização estão alicerçadas no Plano Estratégico 2018-2023, que se orienta em cinco pilares programáticos, nomeadamente:

- 1. Governação e Participação** - visando a promoção da participação pública de uma sociedade informada na governação dos recursos naturais e extractivos, para o desenvolvimento sustentável, respeitando os direitos e deveres dos cidadãos a vários domínios e níveis, destacando-se as acções de fortalecimento de capacidades dos cidadãos por via de organizações da sociedade civil, organizações comunitárias de base, líderes locais e comunitários, servidores públicos, comunidade académica, mídia, membros da Assembleia da República e Assembleias Provinciais, etc., no domínio do quadro Constitucional e legal. Promover a disseminação de informação sobre o quadro legal e as iniciativas que promovem boas práticas de governação, como a ITIE (Iniciativa de Transparência na Industria Extractiva), os processos de participação nas consultas públicas, inclusive no âmbito de licenciamento de projectos (consultas comunitárias, estudos de impacto ambiental, planos de reassentamento) e outras acções relacionadas a vida das comunidades, como ferramentas de acesso à informação, indispensável para que, de forma consciente, o cidadão possa exercer a cidadania.
- 2. Desenvolvimento Comunitário e Educação Cívica Ambiental** - visa promover o desenvolvimento económico, social, cultural e político das comunidades locais através da educação cívica e ambiental, da implementação de acções que visem o uso e aproveitamento sustentável da terra, ambiente e recursos naturais; participação activa das comunidades locais e respeito pelos seus direitos a terra e recursos naturais de que dependem para seus meios de vida, incluem-se acções de educação ambiental, saúde pública, gestão comunitária dos recursos naturais e conservação ambiental; desencadeamento de processos de preparação social comunitária, planificação e implementação de projectos de forma participativa dos membros das comunidades locais; e a assegurar a capacidade de resiliência

destas perante os desafios das mudanças climáticas, de conflitos pelos recursos naturais e de outras situações sociais.

- 3. Estudos e Pesquisa** - com vista a documentar e analisar evidências e recomendar boas práticas. Os estudos servem de ferramenta para compreender as dinâmicas locais e orientam o desenho de acções e intervenções programáticas, e também servem de base para a documentação de informação para uma advocacia baseada em evidências. Procura identificar lacunas nas políticas, estratégias e quadro legal nas componentes em que a KUWUKA JDA trabalha e recomendar boas práticas não só no contexto externo, mas também no contexto interno da organização, para além de informar acções de advocacia e monitoria de políticas e governação
- 4. Advocacia e Comunicação** - com vista a uma participação da sociedade na monitoria de políticas publicas influenciar processos de tomada de decisão, demandando o respeito e aplicação de políticas, legislação, estratégias e programas de desenvolvimento, através da mobilização e orientação de esforços e acções aos detentores do poder de decisão para criar mudanças políticas, económicas, sociais e culturais em conformidade com os direitos, objectivos e aspirações legítimas e justas da sociedade. Procura contribuir para o envolvimento de todos actores de influencia e de desenvolvimento de capacidades (Governo, Assembleia da República, Sector Privado, Mídias, comunidades locais, Organizações da Sociedade Civil e comunidades locais) e fortalecer suas capacidades para boa governação, justiça e equidade nas áreas de terras, ambiente e recursos naturais.
- 5. Desenvolvimento Institucional e Sustentabilidade Financeira** - visando responder aos desafios da mudança e do impulso de crescimento, adaptar a organização aos novos desafios fortalecendo-a para acompanhar as dinâmicas sociais, face aos desafios de gestão da organização e assegurar a sustentabilidade institucional. Procura enquanto uma associação e organização cívica, guiar-se por princípios de excelência no associativismo e na governação interna de modo a obedecer os ditames de transparência, prestação de contas e qualidade técnica administrativa a altura de uma entidade que se preze advogar pela boa governação e pela promoção do exercício da cidadania.

2. METODOLOGIA

A KUWUKA JDA adopta uma metodologia participativa, pautando por um processo de planificação, monitoria e avaliação interna participativa, onde os a equipe técnica e a direcção executiva reúne-se mensalmente, e cada responsável do pilar de cada dos pilares estratégicos reporta as acções desenvolvidas de acordo com um plano mensal previamente elaborado; apresentando seguidamente o plano do mês subsequente. Neste processo, são discutidos os resultados alcançados e os desafios encarados. Cada equipe programática é recomendada para melhoramento do trabalho; o momento serve também para reflexão, monitoria e avaliação do desempenho, procurando o seu aprimoramento.

Os beneficiários estão divididos em duas categorias, sendo: (1) actores de influência (dutie barries), e (2) actores de desenvolvimento de capacidades (right holders). Estes actores encontram-se a diferentes níveis, desde o central, provincial, distrital, posto administrativo, localidade e a povoação. Os actores de influência compreendem o governo, instituições públicas, parlamento e sector privado. Os actores de desenvolvimento de capacidades, incluem, activistas comunitários, plataformas distritais e provinciais e organizações da sociedade civil, incluindo academia, mídia. Em algumas ocasiões o governo, instituições públicas, parlamento, assembleias provinciais entre outros também são actores de desenvolvimento de capacidades, beneficiando-se de igual modo das capacitações.

A planificação com os beneficiários, segue uma filosofia participativa, de modo que se apropriem da nossa teoria de mudança e que esta seja influenciada de forma endógena. Assim a KUWUKA JDA, prima por engajamento directo, através de diálogo com os parceiros, na planificação, implementação, monitoria e avaliação. Para o efeito, são realizados encontros com as o governo, lideranças, encontros técnicos de planificação, mesas redondas e discussão participativa, em *workshops* e seminários de capacitação. Quanto ao reporte, a KUWUKA JDA adoptou o reporte baseado em resultados; de forma a se aferir o nível do alcance dos resultados de impacto.

3. RESULTADOS DAS NOSSAS ACÇÕES

Os resultados são apresentados em sequência dos cinco pilares estratégicos, nomeadamente: 1) Governação e Participação, 2) Desenvolvimento Comunitário e Educação Cívica Ambiental, 3) Estudos e Pesquisas, 4) Advocacia e Comunicação e 5) Desenvolvimento Institucional e Sustentabilidade.

3.1 PILAR 1. GOVERNAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Governança é o exercício do poder político de gestão dos recursos de uma sociedade. Boa Governança é constituída por normas, instituições e processos que determinam como o poder e responsabilidades sobre os recursos naturais é exercido; como as decisões são tomadas e como os cidadãos participam e beneficiam da gestão dos recursos naturais. É um processo complexo e dinâmico, na medida em que se orienta para uma colectividade. Nesse sentido, considera-se que a participação dos membros de todos os quadrantes da colectividade na concepção, elaboração e implementação dos instrumentos de governação é importante para que os seus objectivos, aspirações e anseios sejam positivamente equacionados, a informação seja partilhada, a comunicação seja efectiva e o acesso e distribuição dos recursos ocorram de forma justa, equitativa e transparente. Esse cenário refletiria a vigência de uma *Boa Governança*. A *Boa Governança* por parte das autoridades públicas e dos outros actores intervenientes na área de terras, ambiente e recursos naturais constitui o sonho da KUWUKA JDA para a prioridade estratégica.

3.1.1 OBJECTIVO DA PRIORIDADE ESTRATÉGICA 1

Promover a participação activa e efectiva do cidadão nos processos de tomada de decisão sobre políticas públicas na área de terras, recursos naturais e ambiente, como um processo da boa governação, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Para este pilar, são as seguintes actividades realizadas, que concorreram para o alcance dos resultados esperados:

3.1.2 RESULTADO ESPERADO 1

Comunidades Locais, Incluindo Jovens Homens e Mulheres, Participam Activamente e de Forma Transparente nos Processos de Governação e de Desenvolvimento na Área de Terras, Ambiente e Recursos Naturais

Para o alcance deste resultado foram realizadas acções no âmbito do projecto *“Fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil e Promoção da sua Participação Activa na Defesa dos Direitos das Comunidades de Mudada, Mudissa e Maxaquene A; financiado pela Embaixada da França no âmbito do programa “Projectos Inovadores da Sociedade Civil e das Coligações de Actores” (PISCCA); visando fortalecer as plataformas distritais da sociedade civil de Matutuíne e de Maxaquene A, para a assessoria das comunidades locais na defesa dos seus direitos à terra, monitoria do processo de reassentamento em Mudada e Mudissa; bem como promover a troca de experiência entre as duas plataformas, no que diz respeito a: cidadania, participação*

pública, direitos e deveres no contexto de legislação sobre terras, ambiente, recursos naturais, entre outros. Para o efeito, foram realizadas sessões de debates na rua, sendo:

Duas sessões no Distrito Municipal Ka Maxakeni, nos Bairros Maxaquene C, Polana Caniço A; tendo sido levantados os seguintes aspectos: (i) eleição versus indicação de chefes de quarteirão pelo Secretário do Bairro, sem consentimento dos moradores; (ii) ocupação de espaços públicos perpetrados com conivência das lideranças locais; (ii) insegurança de posse de terra por moradores sem documentos de titularidade.

Uma sessão no Distrito de Matutuíne, Posto Administrativo de Bala Vista em Mudada, tendo sido abordados os seguintes temas: (i) Direito ao Uso e aproveitamento da Terra e Recursos Naturais; (ii) participação das comunidades locais nos processos de tomada de decisão na governação de terra; (iii) documentação dos processos de auscultação e consultas públicas; (iv) expropriação da terra para actividades económicas; e (v) Lei de Acesso a informação.

Beneficiaram directamente das sessões de debate na rua 162 pessoas, das quais 59 em Matutuíne, sendo 34 mulheres, e 25 homens, e 103 em Ka Maxakeni, das quais 14 mulheres e 89 homens, conforme ilustra a tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Beneficiários desagregados por género

Distrito	Nº de Participantes	Masculino	Feminino
Matutuíne	59	25	34
Ka Maxakeni	103	14	89
Total	162	39	123



Foto 1: Momentos de intervenção de um morador na sessão de Radio na Rua no Bairro Maxaquene C

3.1.2.1 RESULTADOS ALCANÇADOS

Moradores do bairro de Maxaquene “C” e Polana Caniço “A” mobilizados, dão seguimento a tramitação e legalização da titularidade dos seus terrenos, com assistência jurídica do IPAJ e reivindicam junto a vereação do Distrito a ocupação de um espaço público em Maxaquene “C”, demonstrando o exercício da sua cidadania através de acções de advocacia comunitária.

As comunidades de Mudada e Mudissa foram dotadas de capacidades para advogar pelos seus direitos e passaram a interagir directamente com o governo local para além dotarem de conhecimentos sobre a Lei do Direito a Acesso a informação, uma ferramenta para demanda de informação pública junto a quem de direito nas instituições públicas ou de serviços públicos, participando desta forma activamente na governação.

3.1.3 RESULTADO ESPERADO 2

Organizações da Sociedade Civil Participam activamente e nos Processos de Governação, no Empoderamento das Comunidades Locais e dos Cidadãos e na Implementação de Programas de Desenvolvimento na Área de Terras, Ambiente e Recursos Naturais

Para o alcance destes resultados, foram desenvolvidas acções ligadas a dois projectos, nomeadamente, *“Promoção da Participação Inclusiva e do Debate Público dos Cidadãos para a Melhoria da Transparência na Indústria Extractiva”*, financiado pela USAID através da Counterpart International no âmbito do programa *“Parceria Cívica para Boa Governação”* (PCBG) e *“Capacitação da Sociedade Civil sobre a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE)”*, financiado por fundos comuns do Banco Mundial, através do projecto MAGTAP, do Governo de Moçambique, através do Ministério dos Recursos Minerais e Energia. Este último foi implementado em parceria com SEKELEKANI.

3.1.3.1 Promoção da Participação Inclusiva e do Debate Público dos Cidadãos para a Melhoria da Transparência na Indústria Extractiva

O projecto *“Promoção da Participação Inclusiva e do Debate Público dos Cidadãos para a Melhoria da Transparência na Indústria Extractiva”* visa contribuir para a melhoria da transparência, responsabilização na governação e gestão do sector extractivo em Moçambique, através de acções de advocacia para uma implementação efectiva dos

Requisitos do Padrão da ITIE 2016, que promovem reformas institucionais e legais para uma governação responsável dos recursos minerais em Moçambique, e o alargamento da participação de mais actores na implementação da ITIE, através de inclusão mais ampla dos principais intervenientes no sector e das diferentes partes com responsabilidades para a boa governação do sector extractivo. Para o efeito, foram realizadas as seguintes acções:

Capacitação do Fórum Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Inhambane (FOPROI) sobre Governação e Transparência na governação da Industria Extractiva; foram beneficiários representantes das plataformas distritais de Jangamo, Inhassoro, Guvuro, Funhaloro, Zavala e Homoine, e organizações da sociedade civil da cidade de Inhambane. Beneficiaram da capacitação 20 participantes, dos quais 3 mulheres (15%) e 17 homens (85%).



Foto 2: Momentos da capacitação aos membros da sociedade civil do FOPROI em Inhambane

3.1.3.2 Fortalecimento da Capacidade de Organizações da Sociedade Civil Sobre a Iniciativa de Transparência na Industria Extractiva (ITIE) em Moçambique

Este projecto foi implementado em consórcio com SEKELEKANI, com objectivo de fortalecer a capacidade das organizações da sociedade civil (OSCs) sobre a ITIE, reforçando o seu papel no processo da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva em Moçambique (ITIEM), como um actor forte, informado, participativo e independente. Para o efeito, foram realizadas as seguintes acções:

Três seminários regionais de capacitação de decisores políticos e fazedores de opinião pública, sendo; 1) seminário regional Sul, realizado na cidade da Matola; 2) seminário regional Centro, realizado na cidade de Tete; e 3) seminário regional Norte, realizado na cidade de Nampula.

Beneficiaram das capacitações 180 participantes, sendo 73% do sexo masculino e 17% do sexo feminino (Tabela 2 abaixo). Destes 42% em representação das Instituições Públicas, 3% Governo Provincial, 1% Governo Distrital, 1% Governo Municipal, 23% Sociedade Civil, 2% Judiciário, 8% Midia, 1% Instituições Religiosas, 7% Academia, 1% Assembleia da República, 1% Assembleia Municipal, 1% Assembleia Provincial, 1% Líderes Comunitários e 8% Sector Privado, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Tabela 2: Número de Participantes nos seminários regionais

Zona	Nº de Participantes	Masculino	Feminino
Norte (Nampula)	60	44	16
Centro (Tete)	58	50	8
Sul (Matola)	62	40	22
Total	180	134	46

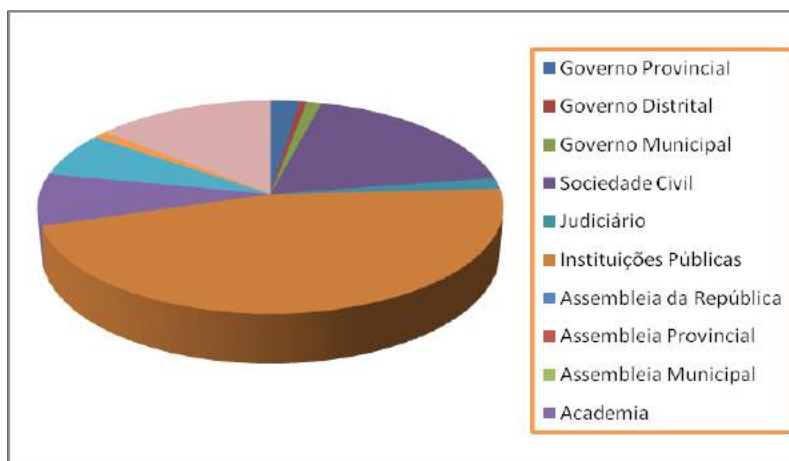


Gráfico 1: participantes nas capacitações regionais, desagregados por instituição

3.1.3.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Organizações da Sociedade Civil de Inhambane dotadas de conhecimento sobre a ITIE, como ferramenta útil para acesso à informação que lhes permite participar informados e activamente no debate público sobre a governação do sector extractivo, e na monitoria da utilização das receitas dos 2.75% advindas dos impostos de produção na indústria extractiva destinadas às comunidades afectadas.

Fortalecidas as capacidades dos decisores políticos e fazedores de opinião pública sobre a ITIE, melhorando o entendimento sobre o sector extractivo, para melhor legislar e fiscalizar (monitorar) a governação do sector extractivo e gestão de receitas do sector e do bem público - promovendo transparência, prestação de contas e combate à corrupção.

3.1.4 RESULTADO ESPERADO 3

Governo interage de forma aberta e transparente com os vários quadrantes da sociedade e incorpora as contribuições destes na elaboração e revisão legislativa, nos processos de tomada de decisões sobre políticas públicas e no exercício da governação, na área de terras, ambiente e exploração dos recursos naturais

Este resultado foi alcançado através de acções implementadas no âmbito do projecto *“Promoção da Participação Inclusiva e do Debate Público dos Cidadãos para a Melhoria da Transparência na Indústria Extractiva”* visando contribuir para a melhoria da transparência, responsabilização na governação e gestão do sector extractivo em Moçambique, através de acções de advocacia para uma implementação efectiva dos Requisitos do Padrão da ITIE 2016, que promovem reformas institucionais e legais para uma governação responsável dos recursos minerais em Moçambique, e o alargamento da participação de mais actores na implementação da ITIE, através de inclusão mais ampla dos principais intervenientes no sector e das diferentes partes com responsabilidades para a boa governação do sector extractivo.

Para o efeito foi iniciada a preparação do Seminário de Diálogo sobre a Governação da Indústria Extractiva na Província de Inhambane, tendo sido realizados 3 encontros com o governo da província de Inhambane, em colaboração com o Fórum de Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Inhambane (FOPROI), para apresentação do projecto ao governo da província, elaboração participativa com os técnicos da DIPREME, DIPEF, DIPTADER, secretaria provincial e FOPROI dos Termos de Referência do Seminário; e apresentados ao Conselho Técnico Provincial. Os três

encontros são evidência do metodologia participativa e de engajamento de parceiros na planificação e implementação das acções da KUWUKA JDA influenciando de forma endógena os parceiros para o alcance de resultados de impacto, e mudanças. Participaram deste processo 88 funcionários públicos em representação das diversas instituições do governo, dos quais 68 do sexo masculino e 17 do sexo feminino. pretendidas.

Tabela 3: Número de Participantes dos encontros técnicos com o governo da província de Inhambane

Descrição da actividade	Nº de Participantes	Masculino	Feminino
Apresentação do Projecto	49	34	12
Encontro de técnico de preparação do Seminário	9	8	1
Apresentação dos termos de referência ao conselho técnico provincial	30	26	4
Total	88	68	17



Foto 3: Participantes no encontro técnico de preparação dos TdR do Seminário de Diálogo sobre Governação da Indústria Extractiva na província de Inhambane

3.1.4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS

O governo da província de Inhambane, através da Direcção Provincial de Recursos Minerais e Energia, do secretário Permanente, do Gabinete do Governador e do

Conselho Técnico Provincial, influenciado e apropriou-se do projecto e especificamente da realização do Seminário de Dialogo sobre a Governação da Indústria Extractiva na Província de Inhambane; tendo sido aberto, apoiado e liderado o processo de organização técnica e logística do seminário; que culminou com a marcação da data da realização do seminário tendo em conta a agenda do governador da província; realização do seminário de diálogo sobre a governação da indústria extractiva na província, foi marcada para a primeira quinzena de Janeiro do ano 2019.

Sociedade civil e governo da província de Inhambane juntos comungam e trabalham na preparação do primeiro fórum de diálogo sobre a governação da indústria extractiva na província de Inhambane.

3.1.5 RESULTADO ESPERADO 4

KUWUKA JDA e seus parceiros participam e influenciam nos processos de elaboração legislativa, de reformas legais em curso e de implementação de programas/projectos nas áreas de terras, recursos naturais e ambiente.

3.1.5.1 ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Participação na Implementação ITIEM - influenciado o processo da sua implementação. Para o efeito, a sociedade civil propôs a revisão dos termos de referência para a inclusão mais ampla de actores relevantes na implementação da ITIEM, tais como o parlamento, as empresas públicas do sector (ENH e ENEM), entidades reguladoras do sector (INAMI e INP) e o parlamento. Todavia, o Comité de coordenação, apenas concordou com a inclusão dos Parlamentares como observadores, pois o governo através do MIREME alegou que as entidades reguladoras assim como as empresas públicas estavam sob tutela deste Ministério, sendo assim, estavam representadas ao mais alto nível pelo presidente do Comité de Coordenação da ITIEM, que é o Ministro do MIREME.



Foto 4: Pormenor de um encontro do Comité de Coordenação da ITIEM

Seguimento do estabelecimento da Alta Autoridade da Industria Extractiva (AAIE) - junto do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, visto que de acordo com a Legislação de Minas e de Petróleos, aprovada em 2014, a AAIE deveria ter sido estabelecida noventa dias após a promulgação da lei. Porém três anos após a data prevista para o seu estabelecimento, nada havia sido avançado. A este respeito, o governo, diz estar a decorrer uma consultoria para recomendar o formato da AAIE, em virtude de haver uma discussão jurídica, sobre a quem efetivamente a AAIE deve subordinar, de acordo com a Lei, devia se subordinar ao Conselho de Ministros; mas há opiniões que se opõem, sugerindo que devia ser uma entidade autónoma que responda ao Parlamento.

3.1.5.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Influenciada a inclusão de mais actores no comité de coordenação da ITIEM, através de inclusão dos parlamentares como observadores de acordo com os Termos de Referencia do Comité de Coordenação da ITIEM revistos e aprovados.

3.2 PILAR 2: DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO CÍVICA AMBIENTAL

A melhoria das condições de vida das comunidade locais em termos de organização, bem-estar económico, social, político, ambiental e cultural, tendo em conta as suas especificidades, constitui o enfoque do presente pilar estratégico. A evolução intelectual dos membros da comunidade em cada um dos campos de conhecimento é, assim, crucial para o exercício da responsabilidade cívica e ambiental e para o desenvolvimento sustentável desta. Nesta prioridade estratégica a KUWUKA JDA pretende promover o desenvolvimento comunitário essencialmente através de acções de educação cívica ambiental, incluindo o desencadeamento de processos de preparação social comunitária, planificação e implementação de projectos de forma participativa com os membros das comunidades locais na área do uso sustentável da terra, ambiente e recursos naturais, de modo a assegurar a capacidade de resiliência destas perante os desafios das mudanças climáticas, de conflitos pelos recursos naturais e de outras situações sociais.

3.2.1 OBJECTIVOS DA PRIORIDADE ESTRATÉGICA 2

Promover o desenvolvimento económico, social, cultural e político das comunidades locais através da educação cívica e ambiental na governação, uso e aproveitamento da terra, ambiente e recursos naturais.

No âmbito deste pilar estratégico, e para o alcance do resultado esperados foram implementadas acções inseridas em projectos específicos, nomeadamente: (i) *“Fortalecimento das Capacidades das Comunidades Locais para Gestão Sustentável dos Recursos Florestais, Conservação ambiental e Reflorestamento na Comunidade de Manhangané, Matutuine”*; (ii) *“Protecção Patrimonial & Desenvolvimento Local: Valorização Histórico, Cultural e Ambiental nas Províncias de Maputo e Inhambane”*; (iii) *“Projecto Camini Minimi”*; e (iv) *“Projecto Plataforma Social de Conservação, Ecoturismo e Planificação do Uso da Terra em Maputaland”*.

3.2.2 RESULTADO ESPERADO

Comunidades locais promovem o desenvolvimento local através dos seus diferentes grupos de interesse, incluindo jovens, homens e mulheres, cívica e ambientalmente instruídas, organizadas e fortalecidas

Para o alcance deste resultado foram implementadas acções ligadas aos seguintes projectos (i) *“Fortalecimento das Capacidades das Comunidades Locais para Gestão Sustentável dos Recursos Florestais, Conservação ambiental e Reflorestamento na Comunidade de Manhangané, Matutuine”*, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do Global Environmental Facility (GEF)/Small Grants Programme; (ii) *“Protecção Patrimonial & Desenvolvimento Local: Valorização Histórico, Cultural e Ambiental nas Províncias de Maputo e Inhambane”* financiado pela União Europeia e implementado em parceria com a IVERCA e CIES e com parceiros institucionais, Ministério da Cultura e Turismo(MCT), o Instituto Superior de Arte e Cultura(ISArC) em Maputo, o Instituto Nacional do Turismo (INATUR)e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo(ESHT) de Inhambane; (iii) *“Plataforma Social de Conservação, Ecoturismo e Planificação do Uso da Terra em Maputaland”*, financiando pelo governo do Reino Unido, um projecto transfronteiriço na área de biodiversidade de Maputaland; liderado pelo Durrell Institute for Conservation Ecology (DICE), implementado pela KUWUKA JDA, Universidade Eduardo Mondlane e Administração Nacional das Áreas de Conservação, All Out Africa, Universidade da Suazilândia e a Swaziland Trust Commission, e Izele Community Interest Company do Reino Unido, visando contribuir para o aumento da actividade ecoturística, enquanto beneficiando as comunidades locais, através de uma plataforma social virtual (on-line) transfronteiriça e um sistema de planificação da conservação em Maputaland.



Foto 5: Momentos do seminário de divulgação da plataforma virtual izele em Bala-Vista, Distrito de Matutuíne

3.2.2.1 Fortalecimento das Capacidades das Comunidades Locais para Gestão Sustentável dos Recursos Florestais, Conservação Ambiental e Reflorestamento na Comunidade de Manhangané, Matutuíne

O projecto *“Fortalecimento das Capacidades das Comunidades Locais para Gestão Sustentável dos Recursos Florestais, Conservação ambiental e Reflorestamento na Comunidade de Manhangané, Matutuíne”*, é implementado em parceria com o Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) de Matutuíne; visa contribuir para uma melhoria da capacidade de maneio sustentável de recursos florestais, conservação da biodiversidade, adaptação e mitigação dos efeitos de desflorestamento e das mudanças climáticas, através de: (i) treinamento dos Comités Comunitários de Gestão de Recursos Naturais sobre boas práticas de gestão dos recursos florestais conservação da biodiversidade e sua importância na mitigação e adaptação as mudanças climáticas; (ii) promoção de reflorestamento através de estabelecimento de viveiros (estufas) comunitários como acções demonstrativas de recuperação de ecossistemas, adaptação e mitigação às mudanças climáticas; (iii) reactivação dos comités comunitários de gestão dos recursos florestais como agentes de fiscalização e guardiães dos recursos florestais; e (iv) promoção de agricultura de conservação contribuindo para o aumento da produção e produtividade, redução do desflorestamento, queimadas descontroladas e incentivando a conservação ambiental. Para o efeito o SDAE alocou 2 extensionistas que assistem ao projecto.



Foto 6: Visita de monitoria ao projecto de fortalecimento do Fórum de Manhangane pelo representante Internacional do programa SGP/GEF

3.2.2.3 ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Capacitados membros do Fórum de Gestão dos Recursos Florestais de Manhangane, constituído por 7 Comitês de Gestão de Recursos Naturais (CGRN), sobre gestão racional dos recursos florestais, fiscalização comunitária e reforestamento. Cada comité de Gestão dos Recursos Naturais é constituído por 12 membros dos quais 7 mulheres e 5 homens, perfazendo um total de 84 membros do Fórum de Gestão dos Recursos Florestais. Produzidas 170 plantas, sendo 120 fruteiras e 50 nativas na estufa comunitária.

3.2.2.4 Protecção Patrimonial & Desenvolvimento Local: Valorização Histórico, Cultural e Ambiental nas Províncias de Maputo e Inhambane

Implementado no Bairro da Mafalala em Maputo e na Vila de Vilanculos em Inhambane, visa (i) contribuir para emponderar as capacidades dos actores culturais em Maputo e Inhambane, como vector de um desenvolvimento territorial participativo e sustentável, e (ii) contribuir no fortalecimento das iniciativas da sociedade civil para promover a participação popular na promoção e preservação do património público, entendido como património histórico, cultural e ambiental e a empregabilidade de jovens e mulheres no âmbito da indústria criativa.



Foto 7: Formação de activistas ambientais da Dambo.

3.2.2.5 ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Realizadas três capacitações sobre Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, tendo beneficiado a 25 activistas ambientais da associação Dambo da Mafalala dos quais 11 mulheres e 14 homens.

Uma capacitação ambiental a 12 promotores de educação ambiental dos quais 6 homens e 6 mulheres. Nesta capacitação participaram 5 professores primários e 7 membros de associações que actuam no Bairro da Mafalala. Esta capacitação contou com a facilitação da DMGRSUS e do DINAB na EPC Unidade 23;

Sete palestras para clubes ambientais escolares das EPC Unidade 22 e Unidade 23. Beneficiaram das palestras 70 alunos . sendo 35 alunos da EPC Unidade 22 dos quais 20 meninas e 15 meninos e 35 da EPC Unidade 23 dos quais 17 meninos 18 meninas;

Treinamento de 25 alunos como actores para uma peça teatral sobre Educação Ambiental, dos quais 15 membros do clube ambiental escolar da EPC Unidade 23 e 10 membros do clube ambiental escolar da EPC Unidade 22, totalizando 14 meninas e 11 meninos

Exibição da peça teatral sobre educação ambiental no 11º Festival da Mafalala.

Estabelecida a Plataforma da Mafalala composta por 7 associações das quais 5 OCBs (Machaka, Dambo da Mafalala, ACAM, Associação Desportiva da Mafalala e Tufo da Mafalala) e 2 OSC(KUWUKA JDA e IVERCA).

Realizadas sete jornadas de limpeza no bairro da Mafalala mobilizados pela Associação Dambo da Mafalala, com a participação de 350 munícipes

3.2.2.6 CAMINI MINIMI

Financiado pela União Europeia, através do programa Erasmus Plus. É um projecto intercontinental, visando: (i) capacitar membros de organizações locais sobre ciclo de projecto, concepção, implementação, gestão e desenvolvimento organizacional para garantir a sua sustentabilidade; (ii) estabelecer uma plataforma de aprendizagem eletrónica (e-Learning) para que os jovens das organizações locais possam fortalecer as suas capacidades institucionais; (iii) estabelecer um escritório virtual que permita que organizações juvenis em Moçambique, Quénia e República Democrática do Congo e na Itália, Bélgica e Turquia, possam trabalhar em simultâneo e em colaboração a partir dos seus países, na concepção e elaboração de projectos comuns, partilhando experiências, habilidades e conhecimentos.

O projecto é implementado pelo consórcio KUWUKA JDA (Moçambique) Voulunterra Action for Change, (Quénia) Foundation Pedriatic de Kimbondo (República do Congo Khinshasa), Universidade de YASAR (Turquia), Dynamo International (Bélgica) e Cooperativa PASSI (Itália) que lidera o consórcio.



Foto 8: Capacitação sobre Ciclo de Projecto a Organizações Juvenis de Maputo



Foto 9: Momentos de trabalhos em grupo no âmbito da capacitação sobre Ciclo de Projecto

3.2.2.7 ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Realizado um seminário trans-nacional em Bologna na Itália, para planificação e definição conjunta da estratégia de implementação do projecto. Participaram no seminário 12 membros, em representação de Moçambique, Turquia, Bélgica, Quênia e Itália, dos quais 8 mulheres e 4 homens.

Tabela 5: numero de participantes do seminário Trans-nacional por género

Género	Moçambique	Turquia	Bélgica	Quênia	Itália	Total
Feminino	1	2	1	0	4	10
Masculino	1	0	1	2	0	2
	2	2	2	2	4	12

Aplicados inquéritos a 10 organizações juvenis em Maputo, para aferir o nível de organização institucional e identificar o tipo de apoio institucional que cada uma das organizações necessita.

Realizado um treinamento sobre ciclo de projecto, incluindo a análise e gestão de projectos, com a participação de 36 jovens, em representação de 10 organizações juvenis Moçambicanas.

Tabela 6: Número de Beneficiários do projeto desagregados por género

Actividade	Beneficiários	
	Feminino	Masculino
Treinamento em análise e gestão de projectos	20	16
Total	36	

3.2.2.8 RESULTADOS ALCANÇADOS

No âmbito do projecto Fortalecimento das Capacidades das Comunidades Locais para Gestão Sustentável dos Recursos Florestais; comités de gestão de recursos naturais de Manhangané, e comunidades locais produzem mudas na estufa comunitária, que são distribuídas entre os membros, para plantio; promovendo assim o reflorestamento.

Membros dos comités de gestão dos recursos florestais, contribuem para o reflorestamento e equilíbrio de ecossistemas na localidade de Manhangané, recorrendo a plantas nativas e fruteiras produzidas na estufa comunitária. As plantas fruteiras contribuem para o melhoramento da dieta alimentar da comunidade através de consumo das frutas. Sensibilizam as comunidades locais para o uso racional dos recursos florestais, incluindo campanhas de sensibilização contra as queimadas descontroladas; reduzindo o índice das mesmas na comunidade.

No âmbito do projecto de Protecção Patrimonial & Desenvolvimento Local, incrementadas as oportunidades de participação de alunos, associações, líderes comunitários e munícipes no geral para a melhoria na gestão do meio ambiente no bairro da Mafalala através de palestras ambientais, jornadas de limpeza, capacitações ambientais e acções de advocacia para a melhoria das condições ambientais do bairro

Promotores de educação ambiental capacitados em educação ambiental com enfoque para saneamento do meio e gestão de resíduos sólidos urbanos, colaboram na planificação de actividades com os clubes ambientais escolares.

Munícipes do bairro da Mafalala, com destaque para comerciantes, sensibilizados através das jornadas de limpeza, depositam lixo em locais apropriados, contribuindo para a redução de depósito do lixo na rua.

No âmbito do projecto Plataforma Social de Conservação, Ecoturismo e Planificação do Uso da Terra em Maputaland Representantes dos empreendimentos ecoturísticos, governo do distrito e comunidades locais a nível do distrito de Matutuíne aderem à iniciativa da criação da pagina Izele, como ferramenta para maior visibilidade das potencialidades ecoturísticas do distrito e do negócio dos empreendedores.

No âmbito do projecto CAMINI MINIMI realizada a planificação participativa do projecto, e capacitadas dez organizações juvenis da cidade de Maputo, sobre análise e gestão de projectos, melhoram o seu processo de planificação.

3.2.3 RESULTADO ESPERADO 2

Organizações da Sociedade Civil Promovem o Desenvolvimento e a Educação Cívica e Ambiental das Comunidades Locais com o Envolvimento e a Participação Activa de Jovens Homens e Mulheres

Para o alcance deste resultado foram implementadas acções de advocacia com a Plataforma Nacional de Organizações da Sociedade Civil Para Mudanças Climáticas. A Plataforma Nacional de Organizações da Sociedade Civil para as Mudanças Climáticas (PNOSCMC), foi criada em 2011, com o objetivo de promover a coordenação entre as organizações da sociedade civil (OSC) com intervenções nesta matéria. A criação deste espaço foi impulsionado pela preparação de Moçambique para participar na conferência das partes para mudanças Climáticas realizada em Durban na Africa do Sul (COP17).

3.2.3.1 ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Elaboração do plano de trabalho e orçamento anual da plataforma;
Realizado o II workshop nacional sobre mudanças climáticas, com a participação de 65 pessoas, dos quais 43 mulheres e 22 homens.

3.2.3.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Colhidos subsídios das diferentes organizações da sociedade civil de todo país sobre descentralização e Transparência na Gestão dos Fundos Climáticos em Moçambique; migração e adaptação as mudanças climáticas em Moçambique bem como UNFCCC (convenção quadro das Nações Unidas para alterações climáticas) e seus processos.

Apresentado o documento de posição da Plataforma ao governo, sobre o documento sobre as Contribuições Nacionalmente Determinadas de Moçambique na COP 24.

3.3 PILAR 3: ESTUDOS E PESQUISAS

Estudos e Pesquisas refere-se à uma vasta área de produção de conhecimento que abarca a revisão e análise documental e bibliográfica, recolha de dados no terreno através de inquéritos, entrevistas e observação, e produção de relatórios informativos ou científicos, académicos e aplicados, de tipo descritivo, de base, avaliativo ou simplesmente analítico.

Embora exista uma primazia pela investigação-acção ou aplicada, a KUWUKA JDA entende a prioridade de Estudos e Pesquisas numa perspectiva aberta, tomando-a de forma estratégica como o campo de geração de uma diversidade de dados e conhecimento que deverão informar os programas e planos de intervenção da organização na vigência do presente Plano Estratégico.

Este pilar é de carácter transversal, pois comunica e informa os diferentes pilares com conhecimento, dados colhidos e analisados cientificamente e baseados em evidências.

Uma vez que grande parte do trabalho da KUWUKA JDA centra-se na prioridade estratégica de Governança e Participação, que por sua vez tem uma forte ligação com a advocacia, os estudos servem de base para evidenciar os resultados que irão conduzir as necessidades de capacitação e advocacia. Os estudos poderão servir para identificar lacunas nas políticas, estratégias e quadro legal nas componentes em que a KUWUKA JDA trabalha e recomendar boas práticas não só no contexto externo, mas também no contexto interno da organização, tal como as avaliações institucionais e/ou organizacionais.

3.3.1 OBJECTIVOS DO PILAR 3

O pilar estratégico Estudos e Pesquisas visa promover a realização de actividades de pesquisa acção, com a finalidade de recolher informação e produzir conhecimento que possa informar e recomendar trabalhos futuros no âmbito das diferentes prioridades estratégicas da Organização.

3.3.2 RESULTADO ESPERADO 1

KUWUKA JDA, Parceiros, Governo, Sector privado, Comunidades Locais, Jovens Homens e Mulheres e Sociedade em Geral Informada e com Acesso à Informação Científica e Baseada em Evidências Sobre as Questões de Terras, Ambiente e Recursos Naturais a Nível Nacional e Internacional

Neste pilar, foram realizados três estudos, sendo i) Estudo sobre a alocação e utilização das receitas dos 2,75% de imposto de produção a favor das comunidades nos distritos afectado em Moatize e Inhassoro; (ii) Estudo das recomendações dos relatórios da ITIEM; e iii) Levantamento de evidências sobre os impactos da instalação da fábrica de cimentos CIF-MOZ e do processo de reassentamento das comunidades de Mudada e Mudissa em Matutuíne. Os três estudos visam produzir informação com evidências dos processos de transparência na governação da industria extractiva em Moçambique, com particular atenção na participação pública na monitoria das políticas públicas, concretamente a partilha de benefícios, governação da industria extractiva e processos de reassentamentos.

3.3.2.1 ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Recolha de dados em trabalho de campo, nos distritos de Inhassoro e de Moatize, no âmbito do estudo sobre a alocação e utilização dos 2,75% e recolha de dados no âmbito do estudo sobre a implementação das recomendações dos relatórios da ITIEM. A recolha de dados através de análise documental, entrevistas a instituições públicas, aos informantes chaves e aos grupos de discussão e entrevistas individuais. Para cada estudo foi elaborado um guião de perguntas que orientaram o processo de recolha de dados.

Pesquisa acção para aferir as percepções das comunidades locais sobre o reassentamento, tendo sido inquiridas 75 famílias das quais 57,34% em Mudada e 42,66% em Mudissa, sendo 45 chefiadas por mulheres e 30 por homens de um total de 400 famílias afectadas; representando 18,75% do total de famílias afectadas.

3.3.2.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

A pesquisa acção contribuiu com informação que serviu de evidências apresentados na mesa redonda em Bela-vista, distrito de Matutuíne com o governo de Matutuíne, DINOTER, Direcção Provincial de Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural (DIPTADER), Plataformas de Matutuíne e Maxaquene e Comunidades afectadas. Adicionalmente, o relatório informa o processo de monitoria do processo e reassentamento das famílias afectadas pela implantação da fábrica de cimentos CIF-MOZ.

Para os estudos sobre os 2,75% e da implementação da ITIEM, estava em processo a elaboração dos respectivos relatórios, para posterior publicação. Os lançamentos dos estudos estão previstos para o primeiro semestre de 2019, acompanhados de sessões de debate público, para influenciar os processos de tomada de decisão.

4.4 PILAR 4. ADVOCACIA E COMUNICAÇÃO

O desenvolvimento da “Advocacia social” e da respectiva estratégia de comunicação constitui o ponto de atenção da KUWUKA JDA para a presente prioridade estratégica.

A advocacia social consiste na mobilização e orientação de esforços e acções aos detentores do poder de decisão para criar mudanças políticas, económicas, sociais e culturais em conformidade com os direitos, objectivos e aspirações legítimas e justas dos membros de uma sociedade. Ela exige o uso de um conjunto diversificado de sistemas, estratégias, técnicas e formas de comunicação que sejam adequados para os diferentes grupos alvo da pressão a ser realizada, tais como manifestações públicas, cartas, documentos de posição, relatórios, documentários audiovisuais, reuniões, conversas, lobby, etc. Esses exercícios têm sido realizados pela KUWUKA JDA nas suas diferentes áreas estratégicas de intervenção e em relação aos diferentes actores que actuam na área de terras, ambiente e recursos naturais, o que caracteriza a prioridade estratégica de Advocacia e Comunicação como uma área de actividade transversal.

Nesses termos, um dos maiores pontos a considerar neste pilar é o envolvimento de todos actores de influência e de desenvolvimento de capacidades (Governo, Assembleia da República, Sector Privado, Mídias, comunidades locais, Organizações da Sociedade Civil) e fortalecer suas capacidades para boa governação, justiça e equidade nas áreas de terras, ambiente e recursos naturais.

4.4.1 OBJECTIVOS DO PILAR 4

O objectivo do pilar estratégico de Advocacia e Comunicação é de orientar a KUWUKA JDA na produção e operacionalização de uma estratégia que deverá guiar de forma estruturada a intervenção da organização neste domínio.

Foram realizadas diversas acções de advocacia, inseridas nos diferentes projectos, nomeadamente: i) *“Fortalecimento das OSC e Promoção da sua participação activa na defesa dos direitos das comunidades de Mudada, Mudissa e Maxaquene “A”*, ii) *“Projecto Engajamento Comunitário para uma Participação Activa e Efectiva na Governação dos Recursos Naturais e Partilha de Benefícios”*, financiado pela Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA) bem como as acções de advocacia conjunta com a coligação cívica sobre a industria extractiva.

4.4.2 RESULTADO ESPERADO 4.1.

Comunidades Locais, Incluindo Jovens Homens e Mulheres, Informadas e Capacitadas Exigem a Observância dos seus Direitos no Domínio de Terras, Ambiente e Recursos Naturais pelo Governo e Sector Privado.

Para o alcance deste resultado foram realizados debates denominados “Radio na Rua”, com o objectivo de trazer os moradores de Ka Maxakeni, comunidades de Mudada e Mudissa, sociedade civil, autoridades locais, organizações comunitárias de base, grupos de interesse, a um debate para partilha e troca de experiências sobre como tratar e ou encaminhar às instâncias competentes assuntos relacionados a violação dos seus direitos a terra e à habitação, no Distrito Municipal Ka Maxakeni e no Distrito de Matutuíne.

3.4.2.1 ACÇÕES DESENVOLVIDAS

No âmbito do projecto “Fortalecimento das OSC e Promoção da sua participação activa na defesa dos direitos das comunidades de Mudada, Mudissa e Maxaquene “A” foram realizados debates radiofónicos e sessões de radio na rua, visando trazer os moradores de Ka Maxakeni, comunidades de Mudada e Mudissa, sociedade civil, autoridades locais, organizações comunitárias de base, grupos de interesse, a um debate para partilha e troca de experiências sobre como encaminhar às instâncias competentes a violação dos seus direitos a terra e à habitação. Para o efeito, foram realizadas sessões de debates na rua, sendo: (i) No Distrito Municipal KaMaxakeni, nos Bairros Maxaquene C, Polana Caniço A; e no (ii) No Distrito de Matutuíne, Posto Administrativo de Bela Vista e concretamente em Mudada.



Foto 10: Sessão de Rádio na Rua sobre o direito a terra no Bairro Maxaquene C

3.4.2.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Moradores do bairro de Maxaquene “C” e Polana Caniço “A” mobilizados e empoderados, põe em prática o exercício de cidadania e advocacia comunitária, através de seguimento a tramitação e legalização da titularidade dos seus espaços; assistidos juridicamente pelo IPAJ reivindicam junto a vereação do Distrito de Ka Maxakeni, a ocupação de um espaço publico por um individuo desconhecido para a edificação de um estabelecimento comercial; supostamente atribuído de forma corrupta pela autoridade do bairro.

Comunidades de Mudada e Mudissa, munidos de informação sobre governação de terra, participam de forma activa e proactiva em processos de tomada de decisão e no debate publico sobre o processo de Reassentamento exigindo acções concretas ao governo do distrito, para que pressione o investidor a acelerar o processo de reassentamento, compensações e indemnizações.



Foto 11: Vista parcial dos participantes da sessão de rádio na rua em Mudada - Matutuíne

3.4.3 RESULTADO ESPERADO: 4.2.

Organizações da Sociedade Civil Participam e Coordenam os Processos de Advocacia pela Boa Governação e pelos Direitos das Comunidades Locais e dos Cidadãos no Domínio da Governação de Terras, Ambiente e Exploração dos Recursos Naturais.

Para o alcance deste resultado a KUWUKA JDA promoveu uma Sessão de Dialogo e partilha de informação com o Governo e as Organizações da Sociedade Civil no Distrito de Matutuíne e o fórum das organizações da sociedade civil e governo do distrito de Matutuíne. Adicionalmente, acções implementadas em conjunto com a Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva (CCIE), uma plataforma de organizações da sociedade civil de advocacia e monitoria deste sector económico. A CCIE integra as seguintes organizações: Centro de Integridade Pública (CIP), Centro Terra Viva (CTV); Conselho Cristão de Moçambique (CCM); Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação SEKELEKANI e KUWUKA - JDA Juventude Desenvolvimento e Advocacia Ambiental.

Para o alcance deste resultado a KUWUKA JDA promoveu uma sessão de dialogo e partilha de informação com o Governo e as Organizações da Sociedade Civil no Distrito de Matutuíne e o fórum das organizações da sociedade civil e governo do distrito de Matutuíne. Adicionalmente, implementou acções de advocacia conjunta com a Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva (CCIE), uma plataforma de organizações da sociedade civil de advocacia e monitoria deste sector económico. A CCIE integra as seguintes organizações: Centro de Integridade Pública (CIP), Centro Terra Viva (CTV); Conselho Cristão de Moçambique (CCM); Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação SEKELEKANI e KUWUKA - JDA Juventude Desenvolvimento e Advocacia Ambiental. Neste contexto, foi realizada a monitoria dos processos de reassentamento em colaboração com a Comissão dos Assuntos Sociais, Género, Tecnologia e Comunicação da Assembleia da República (terceira comissão) e Comissão da Agricultura, Economia e Meio Ambiente (quinta comissão), a CCIE realizou 2 missões de monitoria do processos de reassentamentos na península de Afungi, distrito de Palma, no âmbito da implementação do projeto de gás liquefeito liderado pelo Consórcio Anadarko e seus parceiros, e em Moatize para a monitoria dos impactos sociais, económicos e ambientais gerados pela exploração do carvão mineral pela empresa Vale, em Moatize

Dado o seguimento do processo Kimberley junto ao Ministério dos Recursos Minerais e Energia - o governo afirma que ainda está em processo para filiação, bem como o processo de implementação da Alta Autoridade da Industria Extractiva.

Submetida a DINOTER uma carta solicitando informação sobre: (i) ponto de situação sobre o processo de reassentamento das comunidades de Mudada e Mudissa; (ii) ponto de situação sobre a notificação da CIF-MOZ para esclarecimentos sobre o processo de reassentamento; (iii) ponto de situação sobre o estabelecimento e capacitação da comissão técnica distrital de acompanhamento e supervisão do reassentamento em Matutuíne e; (iv) ponto de situação sobre o apuramento da existência ou não do Estudo de Impacto Ambiental.

Tabela 7: Número de participantes das missões de monitoria de Reassentamentos com a CCIE

Descrição da actividade	Nº de Participantes	Masculino	Feminino
Monitoria ao Projecto das Areas Pesadas de Chibuto	200	136	64
Monitoria e Acompanhamento ao Projecto Ruby Mining no Distrito de Montepuez	-	-	-
Missão Parlamentar de Monitoria a Moatize	123	79	44
Total	323	215	108

3.4.3.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Governo do distrito de Matutuíne e Organizações da Sociedade Civil coordenam e harmonizam acções de forma conjunta em prol do desenvolvimento do distrito; discutem de forma activa e participativa, metodologias de intervenção em conformidade das reais necessidades das comunidades.

Governo do distrito de Matutuíne influenciado abre-se e participa nas acções desenvolvidas pela sociedade civil, indicando técnicos para a planificação e implementação conjunta de actividades de campo com as organizações da sociedade civil.

Estabelecido um mecanismo de partilha de informação e relatórios de actividades com o governo do distrito, através de partilha trimestral de relatórios de actividades de acordo com a matriz fornecida pelo governo distrital; o que melhorou a articulação das actividades com os serviços distritais.

Discutidos e reflectidos de forma participativa com governo do distrito, DIPTADER e DINOTER os resultados da pesquisa/levantamento de evidências dos impactos da instalação da Fabrica de Cimentos CIF-MOZ e do Processo de Reassentamento das Comunidades de Mudada e Mudissa e a situação das cerca de 400 famílias afectadas e sobre a eficácia das estratégias adoptadas. Neste contexto, o Administrador do Distrito comunicou que as famílias têm o direito e autorização de continuarem a edificar e a

melhorar suas cada na área concessionada a CIF-MOZ, em virtude de ainda não ter sido assinada a moratória.

O governo distrital através do Administrador do Distrito comunicou que as famílias têm o direito e autorização de continuarem a edificar e a melhorar suas cada na área concessionada a CIF-MOZ, em virtude de ainda não ter sido assinada a moratória. Tendo informado que estava em curso o levantamento de dados das famílias para atribuição de um documento comprovando a posse e a dimensão dos terrenos de cada uma das famílias, como evidência de que as comunidades têm seus direitos assegurados.

Governo atualiza a CCIE sobre o processo de estabelecimento da Alta Autoridade na Industria Extractiva e de adesão ao processo Kimberly.

Parlamentares influenciados com base em evidências das visitas de campo, sobre os impactos sociais, económicos e ambientais da industria extractiva sobre as comunidades afectadas, resultantes da implementação de projectos extractivos; e com conhecimento real da situação, para tirar seu juízo e melhor escrutinar o executivo, no seu papel de fiscalizadores; defendendo os direitos legítimos das comunidades afectadas

3.4.4 RESULTADO ESPERADO:4.3.

Governo Exerce a Boa Governação através da Elaboração e Implementação Correcta, Participativa, Aberta, Inclusiva e Transparente da Legislação e dos Projectos de Desenvolvimento na Área de Terras, Ambiente e Recursos Naturais

3.4.4.1 ACCÇÕES DESENVOLVIDAS

Para o alcance deste resultado, no âmbito da monitoria do Processo de Reassentamento das comunidades de Mudada e Mudissa, a KUWUKA JDA organizou uma mesa redonda em Bela-vista, distrito de Matutuíne em colaboração com o governo de Matutuíne, DINOTER, Direcção Provincial de Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural (DIPTADER), Plataformas de Matutuíne e Maxaquene e Comunidades afectadas para: (i) apresentar o relatório de evidências, produzido no âmbito da monitoria do processo e reassentamento das famílias afectadas pela implantação da fábrica de cimentos CIF-MOZ; (ii) analisar a efectividade das estratégias aplicadas na resolução dos problemas identificados no âmbito da monitoria do processo de reassentamento realizada em 2017 e; (iii) analisar a situação das famílias que aguardam pelo reassentamento e junto do governo do distrito, do DIPTADER e da DINOTER identificar os passos seguintes e mais eficazes para a solução dos problemas.



Foto 12: Vista parcial dos participantes da sessão de Mesa Redonda sobre o processo de Reassentamento das comunidades de Mudada e Mudissa no Distrito de Matutuine

3.4.4.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Estabelecido um canal de comunicação e partilha de informação entre o governo, DIPTADER, DINOTER, sociedade civil e comunidades sobre o processo de reassentamento de Mudada e Mudissa, permitindo melhor engajamento de todas as partes, com maior enfoque para as comunidades afectadas pelo processo de reassentamento de forma que participem activamente nos processos de tomada de decisão.

Governo do distrito participa activamente nas sessões de debate e reflexão sobre o processo de reassentamento de Mudada e Mudissa, e apresenta o trabalho que tem desenvolvido para solucionar os problemas das comunidades afectadas pela implantação da fabrica CIF-MOZ, tendo: (i) iniciado o levantamento e actualização de dados das famílias afectadas pela CIF-MOZ para emissão de documentos comprovativos das dimensões dos seus espaços de terra e seus bens; (ii) mantido um encontro de trabalho entre os responsáveis da fabrica e o governo do distrito, tendo o investidor se comprometido a honrar com as promessas feitas (iii) estava prevista a realização até ao final do ano de um encontro entre o governo do distrito e as comunidades afectadas para apresentar um cronograma e plano de actividades para a conclusão das obras de construção da fabrica e do arranque da construção das casas para o reassentamento.

3.5 PILAR 5: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E SUSTENTABILIDADE

O desenvolvimento institucional é um processo que visa transformar as crenças, as atitudes, os valores e as estruturas de uma organização, fortalecendo-a para acompanhar as dinâmicas sociais e fazer face aos desafios de gestão da organização num dado momento. Nos dias que correm o desenvolvimento institucional deve constituir uma resposta às mudanças aceleradas e complexas que caracterizam o momento histórico. Para se adaptar às novas exigências da sociedade, às novas tecnologias, aos novos desafios e ao próprio ritmo das mudanças, a KUWUKA JDA pretende orientar-se pelos novos paradigmas do desenvolvimento institucional, transcendendo os parâmetros exclusivamente administrativos (eficiência, eficácia, qualidade e responsabilidade) através da incorporação integrada e coordenada de um conjunto de elementos das dimensões política, social, cultural e económica da organização.

3.5.1 OBJECTIVOS DA PRIORIDADE ESTRATÉGICA 5

Responder aos desafios da mudança e do impulso de crescimento que a KUWUKA JDA tem vindo a conhecer desde a sua criação, incluindo a possibilidade de aumentar o pessoal técnico e administrativo para responder a demanda de uma possível expansão para representações em outras zonas do país. Pretende-se que a KUWUKA JDA, enquanto uma associação e organização cívica, guie-se por princípios de excelência no associativismo e na governação interna de modo a obedecer os ditames de transparência, prestação de contas e qualidade técnica administrativa a altura de uma entidade que se preze advogar pela boa governação e pela promoção do exercício da cidadania. A sua visão e missão devem estar claramente espelhados na sua estrutura interna, bem como nas boas práticas, e de excelência, tanto no capítulo técnico e administrativo, quanto na área da gestão organizacional e actuação programática.

3.5.2 RESULTADO ESPERADO

A KUWUKA JDA Funciona e Governa-se com Base em Instrumentos de Regulamentação Interna Próprios, Claros e Alinhados aos Padrões e Modelos Recomendados a Organização.

Para o alcance deste resultado, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Organizacional da organização, sob mentoria do Parceiro Counterpart Internacional. Para o efeito, foram realizadas sessões de auto-avaliação de capacidades, tendo sido identificadas os pontos fortes e fracos para o Desenvolvimento Organizacional, nas diferentes áreas funcionais; que culminaram com a priorização das acções a serem levadas a cabo no âmbito de Desenvolvimento Organizacional.

A auto-avaliação centrou-se em seis áreas funcionais, nomeadamente: (1) Liderança e Gestão Estratégica; (2) Gestão de Programa e Controle de Qualidade; (3) Contabilidade e Gestão Financeira, (4) Sustentabilidade Financeira, (5) Recursos Humanos e Materiais; (6) Relações Externas e Comunicação.

3.5.2.1 ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Elaborados e publicados os Termos de Referência para a contratação dos consultores para a elaboração de instrumentos de governação interna, nomeadamente: (1) Políticas de Gestão de Recursos Humanos e Ferramentas de Avaliação de Desempenho, (2) Política de Género e Capacitação da Equipe em análise de Género e (3) Plano de Segurança Organizacional; e os instrumentos de desenvolvimento organizacional, nomeadamente: regulamento interno, código de conduta e regimento de funcionamento dos órgãos de direcção executiva e de programas.

3.5.2.1 RESULTADOS ALCANÇADOS

Submetidas propostas técnicas e financeiras para a realização de consultorias, as quais estavam em processo de análise para posterior seleção dos consultores, para o fortalecimento das capacidades organizacionais.

3.5.3 RESULTADO ESPERADO

A KUWUKA JDA Monitora e Avalia de Forma Sistemática e Consistente os Seus Programas, Projectos, Actividades e Processos Institucionais Internos.

3.5.3.1 ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Iniciado o processo de desenvolvimento um Sistema de Monitoria e Avaliação para que de forma sistemática a organização possa monitorar, fazer o acompanhamento e

avaliação dos seus planos operacionais. O processo tem sido participativo, com a mentoria do parceiro Counterpart International.

3.5.3.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Desenhado o draft do Plano de Monitoria e Avaliação, que permitirá a KUWUKA JDA gerar informação sobre o desempenho, grau de realização, resultados de impactos, lições a aprender para permitir uma auto-avaliação da implementação dos seus programas.

4. ASSUNTOS TRANSVERSAIS

4.1. Género e Diversidade

Género e diversidade são factores importantes para a definição dos direitos, papéis, responsabilidades de homens, mulheres e grupos vulneráveis, em relação ao acesso, controlo e distribuição de recursos, autoridade e tomada de decisão. A KUWUKA JDA tem uma abordagem de Género e Diversidade em todas as suas funções estratégicas, tanto no contexto interno e na implementação das suas acções. A abordagem da promoção da igualdade de género ajusta-se aos princípios justiça social, equidade, igualdade, não discriminação, integração de género e não violência, como mecanismo para se “abordar corretamente as relações socialmente construídas num ambiente em que homens e mulheres tem direitos iguais e jogam diferentes papeis, integrando as diferenças que uns e outros têm em termos de necessidades, interesses e oportunidades para juntos progredirem.

Assim, durante a implementação das acções, a KUWUKA JDA tem deliberadamente promovido e encorajado a participação e representatividade da mulher e da rapariga, respeitando a igualdade entre homens e mulheres de acordo com a Constituição da República, enquanto promovendo a acção afirmativa. Prova deste esforço, é a tendência do equilíbrio de género dos beneficiários do projecto, onde as mulheres representam 40% dos beneficiários direto.

5. CONCLUSÕES

As acções da KUWUKA JDA no presente exercício beneficiaram directamente mais de 1250 beneficiários directos, entre membros da sociedade civil das plataformas provinciais e distritais, decisores públicos, funcionários públicos, parlamentares, judiciário, activistas comunitários, mulheres, jovens e crianças das escolas, líderes comunitários, mídia, academia e sector privado.

As acções levadas a cabo incluem capacitação e fortalecimento de capacidades para o exercício da cidadania, advocacia para influenciar processos de tomada de decisão sobre a implementação de políticas públicas e programas de desenvolvimento local, incluindo a monitoria dos processos de reassentamento resultantes da indústria extractiva em Palma, Namanhumbir e Matutuíne.

Fortalecimento das organizações da sociedade civil e organizações comunitárias sobre gestão de recursos naturais, terra, meio ambiente, incluindo saúde pública e gestão de resíduos sólidos urbanos, como exercício de cidadania, mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Dos beneficiários directos cerca de 500 do sexo feminino representando 40% do total de beneficiários directos.

A diversidade dos beneficiários directos das acções da organização, devem-se a abordagem participativa, de engajamento, coordenação e colaboração no processo de planificação e implementação das acções, incluindo monitoria e avaliação.

De uma forma resumida são as seguintes conclusões de acordo com os resultados alcançados acima descritos:

- Influenciado o processos de tomada de decisão para boa governação, através de facilitação de espaços de diálogo participativo e construtivo, sobre os desafios da implementação de projectos de exploração dos recursos naturais e seus impactos na vida das comunidades afectadas, através de realização de mesas redondas, workshops e seminários que permitem uma interação e partilha de experiência entre os actores (governo, sociedade civil, representantes das comunidades, membros das assembleias provinciais, mídia, sector privado, etc.).

- Alargado o conhecimento sobre a Iniciativa de Transparência na indústria extractiva para a sociedade civil, governo, decisores públicos, fazedores de opinião que informados participam e usam a informação dos relatórios da ITIEM como ferramenta que lhes permite uma participação informada e activa no debate publico sobre a boa governação, transparência e prestação de contas na gestão das receitas do sector extractivo, incluindo discussão sobre alocação e mecanismos de participação comunitária na utilização das 2.75% das receitas destinadas ao desenvolvimento das comunidades locais nas zonas afectadas; influenciando o debate para reforma legal e institucional do processo dos 2.75% .

- Monitoria dos processos de reassentamento, informação e empoderamento das comunidades afectadas em Afungi, Namanhumbir, Matutuíne e Moatize que demandam seus direitos a meios de vida sustentáveis e reassentamentos justos, influenciando tanto o governo assim como as empresas a mudarem de atitude e privilegiarem negociação com respeito às comunidades em processo participativo.

- Comités de gestão dos recursos naturais promovem educação cívica ambiental, produção de mudas em estufas comunitárias para o reflorestamento, contribuindo para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas em Manhangane, distrito de Matutuíne.

- Promotores ambientais e alunos das escolas primárias em Mafalala, promovem a educação e sensibilização ambiental aos munícipes que aderem nas jornadas de limpeza, melhorando a higiene colectiva, saúde pública e redução de resíduos sólidos urbanos.
- Governos locais prestam informação e contas aos cidadãos sobre processos de desenvolvimento local nomeadamente em Ka Maxakeni e Matutuíne, no contexto dos seus direitos a terra.
- Governo influenciado a incluir a Assembleia da República no comité de coordenação da ITIEM, bem como prestar informação sobre o processo da implementação da Alta Autoridade da Industria Extractiva e adesão ao processo Kimbelry, como mecanismos importantes para promoção da boa governação e transparência no sector extractivo.